

Centro de Estudos Bahianos

Luiz Monteiro da Costa

**“O ENGENHEIRO JESUITA STAFFORD
Confessor do Marquês de Montalvão”**

APONTAMENTOS PARA A HISTORIA
DO PRIMEIRO VICE-REI DO BRASIL

PUBLICAÇÃO

29

SALVADOR — BAHIA

Luiz Monteiro da Costa

**“O ENGENHEIRO JESUITA STAFFORD
Confessor do Marquês de Montalvão”**

APONTAMENTOS PARA A HISTORIA
DO PRIMEIRO VICE-REI DO BRASIL

SALVADOR — BAHIA
JUNHO DE 1954

Ao grande mestre

JOSÉ HONORIO RODRIGUES

Homenagem do Autor

32 Mar
C837



21.924
ex. 3

O ENGENHEIRO JESUITA STAFFORD CONFESSOR DO MARQUÊS DE MONTALVÃO

O conceito é do grande mestre José Honório Rodrigues: *a História, como qualquer ciência indutiva, parte de um núcleo "a priori" que são os documentos, analisa-os, elabora hipóteses, faz induções, chega livremente à certeza, à convicção, e então reconstrói a realidade do sucedido, não como simples reprodução de dados, mas com atos de compreensão. A narrativa, que é a forma histórica, não é, assim, a mera cópia dos documentos ou das autoridades anteriores, mas recriação sintética de várias operações analíticas feitas à base das fontes*" (1).

Recriação não é filha da volubilidade; nem o fato da História ter de ser, constantemente, reescrita pode constituir uma objeção contra o seu caráter científico, "pois tal é a sorte comum de todas as ciências" (2).

Há, assim um problema capital: o da *Certeza Histórica*. Valeria, por isso mesmo, recordar a lição do mestre dos problemas metodológicos do trabalho histórico: "o verdadeiro historiador é tão severo no exame da prova quanto o devem ser juizes e júri. Severo no tratamento crítico das fontes, que são os meios de prova e sôbre cuja veracidade se deve pesquisar cuidadosamente" (3). Do mesmo modo "que hoje se procura dar ao Juiz uma certa liberdade na investigação dos meios de prova que conduzem á Certeza, do mesmo modo que se permite ao Juiz uma certa liberdade para formação de seu convencimento, assim também o historiador deixa de ser um repetidor de testemunhos das autoridades para,

1 — RODRIGUES (José Honório) "Teoria da Historia do Brasil",
Capitulo 8 — pag. 112. Rio, 8 de Novemro de 1949.

2 — RODRIGUES (José Honório) — Ob. cit. cap. 8 pag. 107.

3 — RODRIGUES (José Honório) — Ob. cit. cap. 8 pag. 109.

sob a base das disciplinas auxiliares e do exercício da crítica, aceitar ou não, êste ou aquele testemunho, esta ou aquela afirmação, e procurar compreender o verdadeiro significado das informações das autoridades ou fontes contemporaneas dos fatos que ele narra. Assim portanto, como o Juiz deixa de ser um espectador inerte na produção das provas, assim também o historiador científico deixa de receber inertemente as respostas prontas que lhe foram fornecidas pelos testemunhos das chamadas autoridades” (4)

Dentro dessa magnífica lição construímos o nosso trabalho. A advertência, porém, se impõe, a bem dos créditos desta Casa: é trabalho modesto de um desconhecido e mal pago professor de adolescentes. A tarefa, pois, aconselhada pelo erudito e culto Diretor de Obras Raras da Biblioteca Nacional terá que ser da indicação de V. Excia, sr. Presidente, si, a tantos e altos títulos de unânime proclamação, não a avocar, quizer.

O PROLOGO

Um drama corporifica-se nesta palestra. Atores muitos mas o de maior relevo é o Marquês de Montalvão, nascido Jorge de Mascarenhas e feito Conde de Castelo Novo (5). Cenários, quem e alem mar: das vilas modestas dos seus morgados, sob a proteção de Nossa Senhora da Graça às lúgubres prisões ao signo da desdita de uma lealdade que nunca, passou em julgado. De permeio, no fastígio das grandezas, palácios e festins, caçadas e reverências à pedra de toque da nobreza de sangue e das excelentes partes; ou nos tranSES temporários da adversidade, a cela dos ricos hóspedes do Terreiro de Jesus, e os comodos das fortalezas isolados dos júbilos aclamatórios. Homenagens e títulos — para “impressionar pela aparência do cargo” emulando-se com o famoso batavo que armava um forte Brasil Holandês... — é o nosso primeiro Vice-Rei; acusações e opróbios — não dobraram os sinos à sua morte, como desejara em testamento mas a comiserção e a piedade cris-

4 — RODRIGUES (José Honório) — Ob. cit. cap. 8 pág. 109.

5 — PINHO LEAL (Augusto) — “Portugal Antigo e Moderno”, volume M-MUZ página 459 Lisboa, 1875.

tã encontram os irmãos da Misericórdia e “bastantes fidalgos” no cortejo fúnebre.

O “Maior do Reino, abaixo do Rei” (6) apenas — não terá a “Justiça de Deus na voz da Historia” sem a exata interpretação das atitudes, nos momentos culminantes de sua vida política, de dois jesuítas: o padre Francisco de Vilhena e o confessor Inácio Stafford — confessor que também é o engenheiro de confiança, matemático famoso, pregador louvado, inglês de nascimento, espanhol de formação, português pela ação professoral.

Abandonemos o proscenio. O primeiro ato, porém, não será em resumo do feliz govêrno de Montalvão em a terra dos brasis. Antes devemos surpreender a cidade do Salvador, cujas trincheiras se ampliavam numa reconstrução febril, armando-se com segurança as portas e os baluartes, incapaz de discernir a grande novidade trazida por um barco ao poderoso Vice-Rei: um cavalo fôra visto andando sobre os telhados das casas da rua da Praia, meses antes: não era essa a feliz profecia? . . . (7)

PRIMEIRO QUADRO . . .

Diz Gregório de Almeida em seu trabalho “Restauração de Portugal prodigiosa” (IV, 44, apud F. Rodriguez, Hist. da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal”, tomo 3.º vol. 1.º, pag. 382 - Porto 1944): “*Em 15 de fevereiro do ano de 1641 amanheceu no Porto da Bahia uma caravela com carta de el-rei, a qual entregou o Mestre em segredo ao vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão*” completando o ilustre discípulo de Santo Inácio, Francisco Rodrigues: “*O vice-rei ou por desconfiança dos moradores daquela Colonia, ou por pouca simpatia sua para a causa do Restaurador, deu logo ordem ao Mestre da Caravela, que ninguem fallsse com a gente de sua embarcação e, para que a nova que viera de Portugal, não fizesse alguma alteração nos castelhanos e napoli-*

6— PINHO LEAL (Augusto) — Ob. cit. vol. M-MUZ págs 459-460.

7 — CALADO (Manuel Fr.) — “O VALOROSO LUCIDENO E TRIUNFO DA LIBERDADE” — 1.º tomo — Livro 11.º pag. 207 — EdiçõesCultura — S. Paulo, 1943.

tanos que seriam uns seiscentos, mandou que em duas praças se formassem dois esquadrões de tropas portuguesas, um comandado pelo Marechal D. Fernando Mascarenhas, filho do vice-rei no Terreiro de Jesus, em frente ao Colégio da Companhia, e outro do Mestre de Campo D. Joane Mendes de Vasconcelos no largo do Paço. Assegurado o sossego da população, convocou as pessoas de mais autoridade e relêvo na Bahia, com os prelados das Ordens religiosas, e, dando-lhes conhecimento a cada um em particular, do negócio por que os chamara, com lhes ler a carta de D. João IV, cautelosamente e em separado lhes perguntou o parecer sôbre a momentosa questão. Logo os reuniu a todos e todos à uma decidiram que se aclamasse o duque de Bragança, como legítimo rei de Portugal. Na Sé Catedral, para onde logo se dirigiram, o aclamaram com impressionante solenidade” (ob. cit. tomo 3.º vol. 1.º, pag. 382).

A 15 de fevereiro, pois, chegou à Bahia a boa nova (8). Das festas, grandes festas, com luminárias, salvas, repiques e júbilo dos bahianos não há novidades falando, como ora falamos, a historiadores de porte (9). Uma procissão assinalaria, pelos tempos em fóra, o dia memorável do reencontro de Portugal com a independência política. Decidiu a Câmara da Cidade do Salvador na vereação de 18 de novembro de 1642, inspirado, o assento por Antonio Teles (10).

Espalha o vice-rei, pelas terras dos brasis, a noticia alvissareira. Tão identificado com os piedosos discipulos de Santo Inácio não os dispensa na gloriosa missão. Os mais famosos, porém, terão, com o seu filho D. Fernando, a incumbência de ir ao Reino beijar a mão do Restaurador com a carta de homenagem e obediência.

8 — GARCIA (Rodolpho) — NOTA 56 secção XXIX, tomo 2.º da Historia Geral do Brasil do Visconde de Porto Seguro, 4.a edição integral, São Paulo, 1948.

9 — RUY (Afonso) — “História Política e Administrativa da Cidade do Salvador” Serie “Evolução Histórica”, Bahia, 1949.

10 — DOCUMENTOS HISTORICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL — Publicações da Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador — 2.º Volume, “ATAS DA CAMARA”, págs. 139-140 — Bahia, 1.º de janeiro de 1949.

Grande a tormenta no mar Tenebroso arrastando o barco para a perigosa abra de Peniche, maior a que assinalou a chegada à terra mater. Havia revolta — justa revolta! — em meio ao intenso júbilo: D. Pedro, D. Simão e D. Jerônimo, filhos do marquês e também a deste, amada consorte, continuavam fieis a Castela — eles, a salvo, na côrte inimiga, ela detida em Arraiólos. (11).

Valeu, a D. Fernando, na procela que por pouco lhe roubava a vida, a intervenção de Atouguia. Foram 24 horas de agonia vencidas pela palavra convincente de Vieira — o gênio da Língua — e Simão de Vasconcelos — artifice maior do majestoso templo que hoje é a Catedral soteropolitana. A 27 de abril partiam os tres de Peniche para Lisboa. A procela passara: “o monarca recebeu com benignidade real o filho do Vice-rei fazendo-lhe mui mercê” (12). Mas é Vieira quem empolga: será pelos anos a correrem rápidos, a eminência parda do fundador da monarquia bragantina.

A benignidade era como uma compensação... A carta régia de 4 de março de 1641, de que fôra portador, Francisco Vilhena — famoso como sacerdote e não menos como patriota (13) — iria provocar na Bahia a destituição de Montalvão!

Sim, a destituição. Valeria recordar, com certa minúcia, o discutido fato histórico. Um longo parêntese, talvez. Mas necessário. Dolorosa, à luz da Verdade Histórica, a injustiça que pesa sobre a memória do valoroso inigista, travestido, por sólida confiança, em “correio do Monarca”. Não trazemos algo de inédito. Muito, porém, teremos de repetir, com o “placet” desta Casa, onde moirejam os melhores conhecedores da seára histórica, tanto como nós, preocupada em vencer o preconcebido e o açodamento.

Porto Seguro acusa mas não documenta: “Vilhena agira “em virtude de algum despeito ou ressentimento por ambição de domi-

11 — RODRIGUES S. J. (Francisco) — “História da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal”. Tomo Terceiro, volume 1.º, livro 2.º 2.º págs. 382-383 — Porto, 1944.

12 — RODRIGUES S. J. (Francisco) — Ob cit. T. 3.º vol. 1.º, Liv. 2.º pág. 383. “Restauração de Portugal Prodigiosa”, IV, 46; Lucio de Azevedo, “História de Antonio Vieira, 1. 56.

13 — RODRIGUES S. J. (Francisco) — Ob. cit. T. 3.º, vol. 1.º liv. 2.º pag. 385, nota 2.

nio malograda". (14). Rodolpho Garcia, ainda que registre os relevantes serviços prestados pelo Padre Vilhena, em Pernambuco, engrossa a grei de detratores do sacerdote, aceitando o suspeiíssimo depoimento de Frei Manuel Calado (15).

Acióli, baseado num mestre como o Conde de Ericeira, não acusa o sacerdote senão indiretamente. A ambição não era dele senão do Bispo, de Barbalho e de Lourenço de Brito; não cumprira, porém, o jesuíta a ordem de somente apresentar a carta régia no caso de não encontrar o Restaurador aclamado. (16). O saudoso Braz do Amaral em nota (17) dirá apenas, que "o jesuíta tomou as ordens á letra e fez depor o governador".

O ilustre confrade Afonso Rui (18) não acusava Vilhena. Exaltando a austeridade de Montalvão definia a destituição como "um golpe desferido pelas mãos inconcientes de interesseiros contrariados em pretensões dessatendidas". Afinará, porém, com Acióli, em obra mais recente (19) ao escrever que *"as demonstrações de alegria do povo, animadas com esplendorosas festividades públicas promovidas pela Vereação, se estenderam até o dia 16 de abril quando o Marquês de Montalvão foi apeado do govêrno por uma carta régia de que fôra portador o jesuíta Francisco de Vilhena, carta que só deveria ser apresentada e cumprida caso o Governador recusasse a apoiar a revolução restauradora. Contrariando a instruções recebidas Vilhena, apos secretos entendimentos com o*

-
- 14 — PORTO SEGURO (Visconde de) — "História Geral do Brasil", tomo 2.º, pags. 359-361 — 4.a edição integral, São Paulo, 1948.
- 15 — GARCIA (Rodolpho) NOTA 63, secção XXIX, tomo 2.º da Hist. G. do Brasil do V. de Porto Seguro, 4.a edição integral.
- 16 — ACIOLI (Inácio) — "Memórias Históricas e Políticas da Bahia", Volume 2.º, Secção III, pág. 23. O Coronel cronista transcreve longo trecho da "História de Portugal Restaurado", do Conde de Ericeira (livro 3.º, pág. 134).
- 17 — AMARAL (Brazdo) — NOTA 45, secção III, vol. 2.º das Memórias de Acióli. Pág. 99.
- 18 — RUY (Afonso) — Ob. citada pág. 170.
- 19 — RUY (Afonso) — "História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador" — Premio "Cidade do Salvador" — do Legislativo Municipal da Cidade do Salvador Capítulo VII, pág 119 — Bahia, 1953.

bispo Pedro da Silva São Paio, com o mestre de campo Luiz Barbalho e com o provedor-mor Lourenço de Britto Coreia, indicados na aludida carta para compor a junta governativa, dela se utilizou apresentando-a a Jorge de Mascarenhas que, sem nenhuma objeção, transmitiu o poder aos seus substitutos e entregou-a à Câmara para os devidos fins”.

Pedro Calmon (20) com a sua autoridade acusa o jesuíta. Espantam-nos a sua severidade, êle que denuncia a fonte primordial de Porto Seguro apontando ainda o depoimento de Mirales que Varnhagen não colhera:

“O Padre Francisco de Vilhena trouxera instruções confidenciais, em segunda caravela que chegou à Bahia, para o caso de resistir Montalvão ás ordens precedentes. De fato dois filhos deste tinham preferido ficar em Madrid, fieis a Felipe IV, e se temia que, a instâncias deles e da marquêsa de Montalvão o vice-rei, apoiado à guarnição espanhola, se revoltasse contra a Restauração. Aclamado, porém, D. João IV devêra o jesuíta aguardar novos recados de Lisboa. Fez o oposto. Emparceirou-se com os descontentes, ouviu-lhes as vozes irritadas, correu à Câmara a apresentar os papeis que autorizavam a destituição do marquês, e de tal arte que logo os vereadores concordaram em reconhecer o govêrno de um triunvirato em que entravam o bispo D. Pedro, Luiz Barbalho e o provedor mor Lourenço de Brito Correia (16 de abril de 41). Montalvão não hesitou em transferi-lhes o poder; compareceu à Sé, para a cerimonia da posse solene e se retirou para o Colégio dos Padres, amargando sem queixumes a injustiça que lhe faziam. Mas a Junta não se convenceu dêsse desinteresse. Declarou-o prisioneiro, juntamente com o mestre de campo Joane Mendes de Vasconcelos e o sargento mor Diogo Gomes de Figueiredo. Deu liberdade a Luiz da Silva Teles e D. Sancho

20 — CALMON «Pedro — “Historia do Brasil”, 2.º volume — A FORMAÇÃO” — B. P. B. — Brasiliana, n.º 176 A. Pags. 195-196 — São Paulo, 1941.

Manuel encarcerados por matarem de dia um ajudante na Praça do Paço. E num navio comandado pelo primeiro remeteu Montalvão à presença del-rei". (21).

Handelmann (22) aceita a "leviandade" de Vilhena...

"Esta importante revolução (refere-se à de 1640) que restituía ou conservava o Brasil à corôa portuguesa não exigiu luta, não custou uma gota de sangue e quem somente teve de sofrer com isso foi o Vice-Rei. E' que em Portugal dois de seus filhos se haviam oposto à elevação da dinastia de Bragança ao trono e fugido para Madri; desta arte a fidelidade e patriotismo de toda a família Mascarenhas ficaram suspeitos; por isso o rei D. João IV despachara para a Bahia o jesuíta Francisco de Vilhena com um documento do próprio punho, de 4 de março de 1641, que no caso do marquês de Montalvão recusar submissão, decretava a sua demissão. Quando Vilhena chegou, em meados de 1641, estava desde muito restabelecida a soberania portugêsa no Brasil, e sua tarefa estava de fato, resolvida; não obstante serviu-se êle do manuscrito real e os tres homens designados no mesmo, Pedro da Silva bispo de Salvador, o coronel Luiz Barbalho e o provedor mor Lourenço de Brito Correia deixaram-se cegar pela ambição; constituíram-se em regência provisória, destituíram o Vice-Rei de seu cargo e remeteram-no para Portugal".

O protestante Southey (23) baseado em Calado e em Ericceira — fontes de todos, aceitas até pelos Jesuitas!.. — não perdôa o sacerdote: "*Apesar de ter achado que o vice-rei procedera como tocava a um portugês, comunicou Vilhena, indesculpavelmente, as*

-
- 21 — CALMON (Pedro) — Ob. cit. vol. 2.º pag. 196, nota 2: "D. Sancho Manuel, depois Conde de Vila Flor viera na armada do Conde da Torre. Seria o maior general da ultima fase da guerra da Restauração. Luiz da Silva Teles casou-se com uma filha de Salvador Correia de Sá Benevides.
- 22 — HANDELMANN (Heinrich) — "Historia do Brasil" — Edição do Inst. Hist. e Geografico Brasileiro. Pags. 202-203. Rio, 1931.
- 23 — SOUTHEY (Roberto) — "Historia do Brasil" — Traduzida do Inglês pelo dr. L. J. de Oliveira e Csatro e anotada pelo Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. Tomo 2.º, pág. 417 — Rio, 1862.

suas instruções aos dois interessados a quem faltou a virtude para resistir à tentação da autoridade”.

Mais próximo do acontecimento, pois escreveu em 1679, o beneditino Raphael de Jesus (24) fazendo, como Manuel Calado, ao Padre Vilhena o primeiro a trazer a notícia da Restauração — o engôdo propositado do inimigo acérrimo fazia prosélitos menos rancorosos. . . — divide as responsabilidades: *“Ordenava Sua Majestade à Câmara da Bahia que, no caso que o marquês pecasse em desobediência ou tibiaza, o privassem do govêrno, e para êle nomeava ao Bispo Pedro da Silva, ao mestre de campo Luiz Barbalho e a Lourenço de Brito Correia. Abriram-se as ordens, sem se examinarem e justificarem condições, se executou o decreto; poude mais a negociação que o conselho e pesou-se o negócio na balança da mercância sem que a fizesse pender a descomposição de um tamanho ministro”.*

O historiador jesuíta Francisco Rodrigues não omite — notai, senhores, a força do “magister dixit” — as circunstâncias em as quais Vilhena deveria apresentar a carta régia. Merecedor de fé, por isso mesmo, vale conhecer a primeira defesa arguida para o injustiçado correio¹ do Restaurador: *“Vilhena considerou certamente as disposições do Marquês, e nasceram-lhe receios de sua lealdade. Seyner, autor castelhana (Historia del Levantamento, 45) refere que o Montalvão, afeiçoado como era aos espanhóis, só forçado, por se ver entre tantos, que, mais que tudo queriam rei português, procedera na Aclamação de D. João IV. Demais, escrevendo ao Conde de Nassau, Governador holandês, a participar-lhe a nova da restauração de Portugal, usou de têrmos nimiamente lisongeiros e conciliatórios, e essas atenções com um intruso desgostaram os leais portugueses”.* (em nota indica a fonte insuspeita, historiador brasileiro Rocha Pombo — “Historia do Brasil, vol. IV, pags. 385-389 — que escreveu: Vendo aquelas aparências de conciliação entre o marquês e o governador intruso, não puderam mais os independentes ter confiança naquele homem, nem mesmo

24 — JESUS O. S. B. (Raphael de) — “CASTRIOTO LUSITANO” — Nova edição segundo a de 1679, dedicada a S. M. I. D. Pedro II — Pag. 187 — Paris, J. P. Aillaud — 1844.

vê-lo com bons olhos). E conclui o historiador inigista: “*A confirmar os sentimentos receosos de Vilhena entrou na enseada da Bahia um barco, vindo de Espanha por ordem de Filipe IV. Levava cartas do monarca espanhol para o vice-rei, e outras de sua mulher e filhos. Tôdas essas cartas o exortavam a não subtrair o Brasil á dominação do rei castelhano. A marquesa assim como induzira os filhos a desertar de Portugal, assim agora afiançava ao marido que ela e seus filhos estavam certos de que ele nunca poderia entregar a terra do Brasil a quem lha não tinha entregado*”. Esses documentos e fatos obrigam-nos a crer que Vilhena, se não tinha certeza de que Jorge de Mascarenhas era ou seria traidor a D. João IV, duvidava, pleo menos, com algum fundamento, da sua lealdade. Com essa dúvida julgou mais prudente e seguro usar dos poderes que em Lisbôa lhe outorgou o monarca”. (25).

Certo poder-se-ia objetar algo a esta defesa de Vilhena feita com tanta prudência pelo padre Francisco Rodrigues. Tão prudente como fôra o acusado? O futuro de Montalvão — bem recebido, de início pelo Rei; prêso na Torre de Belem até novembro de 1644; livre e senhor de alta posição até 1647; finalmente, sempre pela suspeita de deslealdade, novamente prêso e recolhido ao Castelo de São Jorge onde fecharia os olhos ao mundo ao abrir do ano de 1649 (26) — não comprova, a acreditar nas versões que vimos transcrevendo — que se apercebera bem da dubiedade do Marquês, para ressaltar os supremos interesses de Portugal Restaurado, o professor de Letras, herói de Pernambuco, ajustador das tréguas com Nassau, Ministro do Colégio de Évora, aos 52 anos de idade, Padre Francisco de Vilhena?

Admitamos, — não é a nossa posição . . . — ainda neste longo parêntese, que a objeção permaneça, reconhecida de boa fé a insuspeição como apresentou o drama, um companheiro de sacerdócio, do injustiçado jesuíta seiscentista. Em verdade, senhores, não andam proliferando os Rodolfos Garcias nem os Capistranos de Abreu para apontar com autoridade as omissões, os êrros, as deficiências, as afirmativas preconcebidas deste mestre admirável que é

25 — RODRIGUES S. J. (Francisco) — Ob. cit. Tomo 3.º, vol. 1.º, Liv. 2.º, pags. 383-384.

o Visconde de Porto Seguro. Nem seria lícito, mesmo oportuno, que a Casa da Bahia se esquecesse de seus deveres de guia e zelosa defensora de nossas melhores tradições, tolerante, embora com os neófitos — mariscadores, si assim o desejarem os mais doutos na justa vaidade dos louros conquistados — para permitir a sua tribuna que é um pulpito se abastarde na amurada de um corêto sacudida pelo prazer iconoclasta dos compiladores medíocres.

Na dúvida que é nossa — e sem mágua, certeza de alguns luminares desta Casa — de incidir no duro conceito de delustrar com o abastardamento da tribuna, o justo renome do alto sodalício, em cujo timão, mercê de Deus, pontifica um admirável humanista, preferimos considerar a lição de Serafim Leite na defesa do sacerdote injustiçado, fechando assim o longo parênteses e aspas, armas frágeis mas honestas dos que vivem na planície sequiosos de saber bem a História de sua Pátria.

Pressentimos, de logo, a fatal interpelação: valiosa que seja, pelos méritos do Padre Serafim, o seu depoimento, se não dissessemos melhor, a sua defesa, não estaria passível de suspeição, tanto o indiciado seja também um jesuíta?

— Suspeição apenas aparente. O sábio historiador da brigada inigista no Brasil não articula a defesa com jogo de palavras nem há margem para interpretação capciosa nos documentos que arrola. Não foge mesmo à pressão do que escreveram os grandes mestres, infelizmente nesse lanço. Finalmente quando o Padre Vieira, tão senhor dos acontecimentos, escrevendo ao Bispo do Japão (Cartas, l. 494) assinala que das autoridades do vasto império colonial lusitano apenas Montalvão fôra destituído por ordem do Restaurador; e a Carta Quadrienal do Brasil de 1641-1644 atribui a deposição do Vice-rei a mal fundadas suspeitas ou perseguição de êmulos — podem ser acusados do preparo, tão prévio, da defesa do Padre Vilhena?

Evidente, a honesta resposta: não. E acentuemos: os Jesuitas não acusam o Vice-Rei, tão amigo da Companhia. Custa a crer que o nosso Porto Seguro não tivesse considerado circunstancia tão fundamental para isentar o Padre Vilhena da culpa que lhe increpa e os seus fieis leitores perpetuaram.

Serafim Leite sublinha o trecho da carta de Vieira, lamenta que não houvesse discrição, dada a lealdade de Montalvão, na quadra de fevereiro, em nossa cidade, regista — e êste o ponto primordial — a situação que se criara com a carta da marquesa induzindo o marido à desobediência e diz, textualmente: "*Destas circunstâncias se aproveitaram os êmulos do Vice-Rei para o depo. ato que desaprovaram os Jesuitas, recebendo no seu Colegio, ao vice-rei deposto*".

E vem o documento até 1945 inédito, "desinteressado, íntimo, sem intuito de publicidade". Diz a Carta Quadrienal, relatando atos de benemerência dos Jesuítas com a gente humilde que também eles se praticaram com pessoas de porte. "Tal foi a que se usou com D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Monte-Alvão, Viso-Rei dêste Estado, o qual depois de aclamar fiel generosamente, ao felicissimo Rei D. João, o Quarto de Portugal, perseguido ásperamente de alguns êmulos seus, ou mal fundadas suspeitas ou por menos considerado zêlo se recolheu a êste Colégio, onde por muitos dias, foi agasalhado e servido em seus trabalhos, com a vontade que seu amor à Companhia nos merecia, tratanto sempre os padres de compor suas cousas de modo que se tivesse o devido respeito a personagem tão grande e tão benemérta dêste Estado, do qual se mostra o nobre fidalgo hoje em suas prosperidades tão agradecido que tem alvitre grande solícitar negócios desta Provincia" (26)..

Convincente defesa. Não a encerraria, porém, Serafim Leite, sem apontar o responsavel pela injúria ao Padre Vilhena — injúria de que seriam também responsaveis, pois a divulgaram, ilustres historiadores brasileiros. Não cremos dever lhe omitir o nome: em vida chamava-se Manuel Calado. . . .

Frei Manuel Calado, da ordem de São Paulo primeiro ermitão da comunidade da Serra de Ossa: identifiquemos bem. Contemporâneo e desafeto de Vilhena sentimo-lo exultante ao descrever do des-

26 — LEITE S. J. (Serafim) — "Historia da Companhia de Jesus no Brasil" Tomo V — Livro 1.º, Capítulo IV, § 8.º, págs. 97-99. Rio, 1945.

tino trágico do herói inigista! (27). Não haveria, pois, o que surpreender tanto na vingança deshumana fosse êle um simples mortal; nunca, jamais, em tempo algum, um discipulo de São Paulo!

Lembraí-vos, senhores: Vilhena não encontrava justificativa para a atitude dos moradores do Brasil de Nassau que aceitavam e comerciavam com os herejes: "Calado, panegirista de um dos que pactuaram e se associaram aos invasores" tocado pelo despeito e ânimo de vindicta escreve" que Vilhena procedera primeiro à aclamação feita pelo Vice-Rei e trazendo segunda via, procedeu depois á nomeação da Junta ("Valeroso Lucideno, 111-112). Outros repetiram a asserção — e quantos senhores! —" sem reparar que são fatos diversos e em diversos tempos, e que motivos dados para um ato inexistente não têm mais objetividade que êle. Basta confrontar as datas: a chegada à Bahia da primeira caravela foi a 15 de fevereiro de 1641; a carta de El-Rei D. João IV, que trouxe depois Vilhena, é datada de Lisboa a 4 de março de 1641" (28).

Isolado o incidente que gerou a calúnia temos apenas que lamentar abastardasse a grande obra que é o "Valeroso Lucideno", o seu autor, ainda que, por vezes, na paixão das lutas, seja conduzido "ao erro, à parcialidade à falsidade" (29). Ao intentarmos justiça não desceríamos a deslavada injustiça não comun-gamos, ainda neste passo, com o "austero sorocabano Varnhagen" (30).

27 — CALADO (Fr. Manuel) — Ob. cit. — 1.a parte, 1.º tomo, Liv. 2.º, cap. 2.º pág. 228. Edições Cultura, S. Paulo, 1943.

28 — LEITE S. J. (Serafim) — Ob.cit. Tomo V — Liv. 1.º Cap. IV, § 8.º, nota 1 (Bras.,8), pág. 99.

29 — RODRIGUES (José Honório) — "Historiografia e Bibliografia do Dominio Holandês no Brasil", pág. II. M. E. S. — Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1949.

30 — RODRIGUES (José Honório) — Ob. cit. pag. 12: "Foi uma injustiça sem nome a que cometeu o austero sorocabano Varnhagen quando remeteu ao fogo da inquisição a obra de Calado, julgando-a defeituosa e sem dignidade histórica". Conf. — F. Varnhagen, "Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil" — Ed. Cultura, S. Paulo, 1943.

SEGUNDO QUADRO...

Dúvida não há, esta altura, de uma verdade envolvendo o infeliz Marquês de Montalvão: era um amigo, grande amigo mesmo, da Companhia de Jesus. Tão grande que o confessor com o qual passou feliz ao Brasil e regressou humilhado a Portugal, era um sábio discípulo de São Francisco Xavier. Façamos justiça, sem tardança: dois grandes companheiros de todos as horas encontrou o primeiro Vice-Rei do Brasil na Companhia: o sábio confessor, inglês de nascimento, Inacio Stafford e o humilde irmão Gonçalo Vaz

Já tardava a terceira personagem principal desta desprentenciosa comunicação...

Quem é Inácio Stafford? Ainda que confessor do Primeiro Vice-Rei do Brasil qual a justificativa de ser lembrado nesta Casa interessada, sobretudo, em apurar os méritos dos que se ligaram à História da vetusta Soterópole?

Curioso recordar como o famoso matemático do Colégio de São Antão nos despertou o desejo de projetá-lo entre os engenheiros da Cidade do Salvador no século XVII — ele que, palidamente, era apenas mencionado como o orientador espiritual de Montalvão.

Foi numa consulta do Conselho Ultramarino sobre "a fortificação da Cidade da Bahia". Trazia a data de 7 maio de 1644 e era um dos muitos documentos avulsos da Bahia, caixa número 5, do precioso Arquivo Historico Ultramarino. Devêmo-lo em mãos, pela proverbial gentileza do mestre Damião Peres. E em fotocópia. Ei-lo:

"Temsse por informação neste Conselho que quando os olandezes fortificarão a cidade da Bahia, demais da fortificação de muralhas que fezerão, a cercarão toda pela parte da Serra com hu dique de agoa com que ficou a cidade muito fortificada e segura por aquella parte, e assy se conservou desde o tempo dos olandezes degora; e que tratando o Marques de Montalvão da fortificação da praça e de hua que achou começada por fora do dique achandosse com hu padre da Companhia, por nome Es-

forte, que levou por engenheiro com outro que hia para a coroa de Castella, para o rio da Pratta, que levou em sua companhia e com officiaes e com tenente de mestre de campo Pinheiro, que tão bem he engenheiro e corria com as fortificações desta praça, e com Joane Mendez de Vasconcelos e com tres mestres de campo da Corôa de Castella, que entendião bastantemente as fortificações; mandou o Marquez fazer junta para saber como caminharía nas fortificações que achou principiadas e todos uniformemente rezolverão que se fortificasse a cidade reformando as fortificações dos olandezes e acrescentando-lhe tres baluartes grandes que ficarão feitos nas portas de S. Bento e outros na porta do Carmo, e outras sobre o dique; que esta obra deixou o Marquez feita e pareceo que convinha aprefeçoalla antes de se passar as que se fazião alem do dique que herão tão largas e tão distantes da praça que havião mister mais de dez mil homens para se deffender, e o que mais convinha herá fortificar a cidade e confirmar o dique.

Agora ha diferentes avizos que não somente se continuou a fortificação da cidade mas que se esgotou o dique com pretexto de que faria dano a saude de poucos moradores que estão mais vizinhos a elle. E por parecer a este Conselho hua couza muito indigna de fazer em tempo que mais necesitavamos de toda a fortificação e segurança daquella praça, pareceo dar conta a V. Mag.de para que seja servido mandar escrever a Antonio Telles v acabando a fortificação da cidade e ponha o dique no estado em que estava e o melhore sendo possivel.

Lx.^a 7 de Mayo 1644

Jorge de Castilho Jorge de Albuquerque João Delgado"

Grifemos: " *que tratando o Marquês de Montalvão da fortificação da praça e de uma que achou começada por fora do dique, achando-se com um padre da Companhia, por nome ESTAFORTE (o destaque em maiúsculas é nosso) que levou por engenheiro...*"

ESTAFORTE engenheiro de confiança de Montalvão. Certo encontraríamos dados biográficos nos historiadores da Companhia.

Francisco Rodrigues e Serafim Leite eram os únicos, à mão, para a tarefa.

Caimos no primeiro "round": dos índices não constava nenhum *ESTAFORTE*!

Veio-nos, á mente, a advertência de um ilustre confrade: "não é raro se encontrar nos documentos históricos nomes estrangeiros aportuguesados (v. g. Felipe Gitão, francês de nação (F. Guic-teau) Pierre Garim (Pedro Garim e Garcim))"

Assim os dos engenheiros franceses Felipe Gitão e Pedro Garcim por que não, também, o de *ESTAFORTE*?

Valeu a pesquisa renovada no grande Serafim. Não havia um "Estaforte" mas um "Stafford". E estivera na Bahia como "confessor do Marquês de Montalvão e com êle voltara à Metrôpole"!

Identidade quasi indiscutível: o documento falando de um jesuíta engenheiro; Serafim, de um jesuíta, confessor do Vice-Rei. Confessor menos, grande matemático, sobretudo, do Colégio de São Antão. Nascido em 1599 é na Espanha (Villagarcia) que se torna pelos anos de 1619, soldado da milícia gloriosa de Santo Inácio — o seu homônimo... — professando solenemente em 1636. Já então tem o nome em duas obras. O trabalho sôbre Matemática é dedicado a nobreza de Lisbôa. De 1638 são os Teoremas Matemáticos como as várias e inacabadas Obras Matemáticas, redigidas em castelhano. No ano seguinte uma História de folego exaltando a memorável missão "e a gloriosa muerte del Padre Marcello Francisco Mastrilli" é dedicada a Antonio Teles da Silva. Também pregador de méritos, fecharia os olhos no ano de 1642, no mesmo dia em que, duzentos e dессesseis anos rodados, Maria Imaculada aparecia em Lourdes a Bernadette Soubirous! (31).

Mas, procurávamos o Stafford, engenheiro.

Francisco Rodrigues S. J. (32) decidiu o êxito da pesquisa".

31 — LEITE S. J. (Serafim) — Ob. cit. Tomo IX — Escritores, II — Págs: 147-148. Rio, 1949.

32 — RODRIGUES S. J. (Francisco) — Ob. cit. Tomo 3.º, vol. 1.º, Cap.V — págs. 190-191.

“Não era menos afamado o inglês Inácio Stafford sucessor de Borri na cadeira do Colégio de Santo Antão, onde por nove anos deu lições magistrais de Matemática, particularmente à nobreza de Portugal. Antonio Ribeiro dos Santos o apelidara grande Mestre e, como a tal “presta tributo de louvor e reconhecimento,” Compôs em lingua castelhana e publicou em 1664 num pequeno volume os Elementos Matemáticos dedicados à nobreza lusitana na Real Academia Matemática do colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus. O Cosmógrafo-mor Antonio Mariz Carneiro descobriu nos “Elementos” muita erudição e doutrina, e Ribeiro dos Santos os considera breves, claros e metódicos, e de utilidade grande pela falta que havia de livros desta faculdade em Portugal. Escreveu mais outras obras de Matemática e Astronomia que não foram acabadas nem viram a luz da imprensa. Nelas podemos ver bons tratados das paralaxes, dos problemas astronômicos, geográficos e hidrográficos, da MILICIA e DA ARQUITETURA MILITAR”.

Claro, pois, senhores confrades: o jesuíta engenheiro, que em junta com o mestre de campo Joane Mendes de Vasconcelos, os tres mestres da infantaria de Castela, Urbano Ahumada, Fernando da Silveira e Luiz Barbalho, e o tenente de mestre de campo Gaspar Pinheiro Lobo decide que se protegesse a cidade do Salvador reformando-se as fortificações dos batavos com o acrescentamento de tres baluartes grandes nas portas do Carmo, de São Bento e sôbre o Dique Velho, é o notavel matemático do Colégio de Santo Antão de Lisboa, confessor e amigo inseparável do Marquês de Montalvão, Padre Inácio Stafford!

Assistente espiritual do infeliz Vice Rei foi também, sem dúvida, o seu mestre em fortificações. Quem o não afirmaria conhecendo, na íntegra, aquele famoso Discurso de Montalvão, sobre a “conveniência de fortificar a cidade da Bahia” estudado em longo parecer, datado de 14 de março de 1647, pelo genial Vieira? (33).

33 — MONTALVÃO (Marquês de) — “Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia, capital do Brasil” in Revista” do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, Tomo 56, págs. 77-83.

Ao final, o estudo de uma dolorosa interpelação: fora o sábio matemático, engenheiro e confessor do Marquês, o seu melhor conselheiro naquele grande momento histórico que a carta régia, portada pelo Padre Vilhena, fez a cidade viver? Se o fôra neste, porque não também, no anterior, que fêz aclamado o Restaurador da Independência política de Portugal? Ou mais forte que a frieza de um sábio --- inglês não tivesse nascido... --- calculista de soluções exátas, fôra o ardor da invectiva espartana da esposa distante?

QUADRO FINAL

That is question... De Vilhena já tentamos calado o apôdo. De Stafford, sentenciem os mestre da Comissão de História do Brasil dêste Instituto.

Cabe-nos, porém, a defesa prévia.

O documento, propositadamente, vem ao remate. Traduzindo a vontade régia não haveria jamais de estar a critério, para a sua concretização, das consultas pessoais de Vilhena ou dos conselhos de Stafford; nem a Montalvão, o direito de discutir, mesmo de se insurgir — ponderando ou exigindo—o fiel cumprimento. Do seu conhecimento na íntegra, cáem as acusações a Vilhena armando-se, na defesa, o irrecorrível, absolvendo-se, por falta de provas, o confessor Stafford. Nem de ordens verbais e secretas, nem de cometimentos reservados, nem de alternativas em encruzilhadas políticas, nem de devassas aos segredos do confessionário, haveríamos de achar provas limpas para estabelecer a Certeza Histórica. Nem de vindictas, nem de ódios, nem de leviandades, nem de repetições comodistas, nem de "magister dixit" — poderíeis, senhores, honrar as tradições desta Casa no amor à Verdade.

Que diz El-rei D. João IV — rico e descansado Duque de Bragança arrastado ao trono pela decisão da esposa virtuosa... — na tão citada carta de 4 de março de 1641?

Conheçamo-la: "Meus Juises e Vereadores e mais Officiais da Câmara da Cidade da Bahia: eu, El-Rei vos envio muito saudar.

Da minha restituição a Coroa destes Reinos mandei te avisar nesse Estado logo que ele se efetuou por não dilatar

a tão bons Vassallos de terem Rei natural e posto que creio que a nova seria recebida com as demonstrações devidas e que estarei aclamado e obedecido por Rei; com efeito me parece manda-la duplicar por esta via e nomear para Governadores desse Estado ao Bispo dele, ao Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra e Lourenço de Brito Correia na forma das provisões que se remetem e fazendo-a saber por esta carta para que o tenhais entendido e concorrais com os Governadores ou qualquer deles, de modo que tudo se disponha como mais convem estando certo que vo-lo-ei de agradecer conforme a importancia do serviço que espero receber de vós, fazendo-vos em tudo particular mercê e favor. Escrita em Lisboa, a quatro de março de mil seiscentos e quarenta e um anos. REI. Para os Officiais da Câmara da Bahia, sobre-escrito por El-Rei: aos Juizes, Vereadores da Camara da Bahia". (34).

Não há senhores, nêsse documento tão claro, onde se alicerçar quaisquer acusações a Vilhena ou a Stafford. Dos ranços ou das odiosidades dos vereadores ao Vice-rei não vemos como envolver os indiciados, padres que eram de uma ordem que tantas provas daria de amizade ao Marquês!

Porque, senhores confrades, omitir-se no julgamento dos fatos históricos, o fator econômico que gerara, de parte dos grandes senhores e dos moradores da cidade, tantas antipatias ao Marquês como antes e depois dele, a tantos governantes?

Não viviam os moradores irritados porque as suas casas eram tomadas para os officiais da primeira plana e os alugueis não eram pagos? Não resistiram, pela propria voz dos vereadores, os gran-

34 — DOCUMENTOS HISTORICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL —
Publicação da D. A. D. E. da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador. "CARTAS DO SENADO", 1.º volume, pág. 14 — Resposta dos vereadores ao Rei logo em seguida. págs. 14-16. A carta régia de 4 março de 1641 foi divulgada por Braz, Serafim Leite e Afonso Ruy. Dêmo-la, na integra, pela sua importancia decisiva nêste trabalho de reabilitação histórica.

des senhores, à ordem do Marquês, no sentido de trazer os negros dos engenhos, para as obras de fortificações da "cabeça do Brasil"? Não vinha se repetindo o abuso dos "donativos voluntários" para saldar os compromissos com a infantaria, pela incapacidade das rendas de El-Rei?

E porque esquecer o drama psicológico? Não trazem as datas de 6 e 12 de fevereiro de 1641 as cartas de D. Francisca de Vilhena e de D. Pedro de Mascarenhas, esposa e filho do Vice Rei, chamando a revolução restauradora de traição e concitando o marquês a resistir? (35). E a odisseia de Montalvão, já em Lisboa, não comprova, que sob influências tão sentimentais, jamais a sua lealdade ao pusilânime D. João IV. (36) passou em julgado?

Não aceitando, como em verdade não podemos aceitar, os relatos dos grandes mestre da historiografia, fundamentados em Calado, Rocha Pita, Mirales e o Conde de Ericeira, não menos ilustres, ponderemos que esta Casa não vá a tanto: assim, admitindo-se que o Padre Vilhena não fosse um simples "correio do Rei" e tivesse o direito de escolher na dolorosa alternativa, não provou, o futuro, que fôra altamente prudente?

35 — CALMON (Pedro) — "História do Brasil" — 2.º volume — A Formação B. P. B. Brasileira n.º 176 - A — São Paulo, 1941. "A marquesa D. Francisca de Vilhena realmente concitou o marido a resistir, chamando de traição a revolta de 1 de dezembro — carta de 6 de fevereiro de 641, José Caldas, "História de um Fogo Morto", pag. 129, nota, Porto, 1903. No mesmo sentido D. Pedro de Mascarenhas escreveu ao pai, em 12 de fevereiro".

36 — "ENCICLOPEDIA PORTUGUESA" — Há em Maximiano de Lemos (Enciclopédia Portuguesa, Porto, s|d.) um resumo biográfico tanto do Marquês como de seus filhos. Nascido na segunda metade da centuria anterior, Montalvão, na qualidade de governador e capitão general da praça de Magazão, alcançou diferentes vitórias sôbre os moiros. Em Outubro de 1639 torna-se heroi com apenas 50 homens num choque com os sarracenos mas vindo a cair em poder dos turcos, com esposa e filhos, conseguiu o resgate; voltando à Pátria foi galardoado com o título de Conde de Castelo Novo e Capitão Geral do Algarve. Era casado com D. Francisca de Vilhena, filha do antigo governador de Málaga, Manuel de Melo Magalhães: intransigente adepta do domínio espanhol tentou fugir de Lisboa, em 1640, mas reconhecida e prês-a foi recolhida ao castelo de Arraiólos. Voltaria à liberdade, apesar de reconhecidamente culpada, quando da chegada do filho D.

Aceitando, como aceitamos, face à carta régia de 4 de março de 1641 — também muito clara a resposta dos oficiais da Câmara — que nem Vilhena, nem Stafford, poderia ter influido no ânimo da Câmara, ou do Vice-Rei, justo pleiteemos, deste alto sodalício, a reabilitação histórica do primeiro e a suspensão de qualquer juízo precipitado sobre o segundo.

A tarefa total não é nossa porque pede vozes mais autorizadas.

Reescrevei, senhores confrades, a História pois “tal é a sorte comum de todas as ciências” Verdadeiros historiadores sois os juizes de que fala o mestre José Honório Rodrigues. E se Ciência e Religião não se repelem, antes se integram a Erudição e a Fé, seja inspiração vossa, o Santo que a Igreja hoje comemora — o diácono Efrém, defensor da Verdade na luta contra as heresias!

Fernando, a Portugal, com a notícia da aclamação de D. João, pelo Marquês, na capital e capitânicas do Vice Reinado. Quando Jorge de Mascarenhas, compelido a deixar o Brasil, chegou ao Reino foi feito, pelo Rei, Vedor da Fazenda Real, Conselheiro de Estado e finalmente Presidente do Conselho Ultramarino, criado em 1642. Em 1644 foi prêso e encarcerado no Castelo de São Jorge por suspeita de conivência com os espanhóis dada a ação da esposa, sempre fiel aos inimigos. Reconhecida a sua inocência (?) foi nomeado Mestre de Campo General junto à pessoa de El-Rei, por decreto de 26 de outubro de 1645. Anos depois, por novas suspeitas, voltava á prisão onde faleceu em Janeiro de 1652 (em outros autores encontramos como data da morte, 1.º de Janeiro de 1649).

Os filhos do Marquês eram: **FERNANDO** que levou a noticia da aclamação e foi sempre fiel a D. João IV. Era coronel de um dos terços da Corte e muito novo, faleceu em 1649; **JERONIMO**, — era doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Foi Cônego da Sé de Coimbra e deputado á Mesa de Conciência. Fugindo para Madri, Felipe IV o fez Bispo de Leiria, Prior de Guimarães e Cavaleiro de Calatrava. Foi Bispo de Segóvia, esmolér-mor e Capelão da Rainha. Ardoroso inimigo da própria pátria escreveu em 1662 uma obra ridicularizando os conhecimentos bélicos dos lusitanos. Faleceu em 1671; **PEDRO** — Acompanhou o pai a Magazão e Tanger. Foi Veador da casa de D. João IV. Fugindo para Castela teve os títulos que eram do pai: Conde de Redondo e Marquês de Montalvão, sendo membro do Conselho de Guerra de Felipe IV; **SIMÃO** — renegando a Pátria foi feito Cavaleiro de Malta, conde de Penedono, tenente coronel da Guarda de El-Rei e Governador de Balaguer. Moço ainda faleceu em 1645.

Consultas do Conselho Ultramarino sobre a fortificação da cidade da Bahia. 7 de Maio de 1644. (Arquivo Hist. Ultramarino Documentos avulsos da Bahia, caixa n.º 5)

O Conselho Ultramarino, em sessão de 7 de Maio de 1644, deliberou sobre a fortificação da cidade da Bahia, considerando a importância estratégica da cidade e a necessidade de melhorá-la para a defesa do Brasil. O Conselho decidiu que se deveria contratar um engenheiro militar experiente para examinar o estado atual das fortificações e apresentar um plano detalhado de melhorias. Além disso, determinou-se a aquisição de materiais necessários para a construção e a nomeação de oficiais para supervisionar as obras. O plano proposto incluía a construção de novos baluartes, o reforço das muralhas existentes e a melhoria do sistema de drenagem da cidade para evitar enchentes. O Conselho também recomendou a contratação de mais soldados para a guarnição da cidade e a realização de exercícios militares regulares para manter a prontidão das tropas. Estas decisões foram encaminhadas ao Rei para a aprovação final e ao Governador da Bahia para a execução imediata.

Consulta do Conselho Ultramarino sobre a fortificação da cidade da Bahia. 7 de Maio de 1644. (Arquivo Hist. Ultramarino Documentos avulsos da Bahia, caixa n.º 5)

[Faint, mostly illegible handwritten text in a historical script, possibly Latin or German. The text is arranged in several lines, with some words appearing to be names or titles. A date "1714" is visible at the bottom right of the main text block.]

[Handwritten signature or name, possibly "Johann..."]

[Large handwritten signature or name, possibly "Johann..."]